



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10841 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 15 - Psicologia da Educação

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO
DOCENTE: EM FOCO AS DISCUSSÕES SOBRE AS CRIANÇAS**

Diana Carvalho de Carvalho - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não tem

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO
DOCENTE: EM FOCO AS DISCUSSÕES SOBRE AS CRIANÇAS**

Este texto tem como objetivo apresentar algumas das pesquisas realizadas no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Educação da região sul que tematizam as relações entre Educação, Infância e Escola, considerando as contribuições da Psicologia sobre a formação e o trabalho docente, especialmente com relação à forma como são compreendidas as discussões sobre as crianças, tema tradicional na relação estabelecida entre Psicologia e Educação, desde o início do século XX. Os pressupostos teóricos que fundamentaram tais pesquisas podem ser assim sintetizados: a relação entre educação, infância e escola é um tema da modernidade e precisa ser considerado em sua dimensão social, cultural e histórica; a infância é entendida como a condição social de ser criança, um sujeito humano de pouca idade, que deve viver esse período de apropriação dos elementos da cultura, sendo a educação compreendida como um processo de humanização, conforme indica a perspectiva marxista nas ciências humanas e sociais. Um primeiro aspecto que cabe destacar é o fato de compreendermos a infância como a condição social de ser criança e não como sinônimo de criança. Essa distinção é fundamental no sentido de desmistificar a ideia de uma natureza infantil e sublinhar a necessária compreensão da condição social vivida pela criança, conforme explicitado por Miranda (1984, p.129):

Esta distinção entre natureza e condição infantil esclarece o uso ideológico da ideia de natureza infantil para a dissimulação das diferentes condições a que são submetidas às crianças em função de sua origem de classe. Falar do que é natural na criança supõe a igualdade de todas as crianças, a idealização de uma criança abstrata. Pelo contrário, falar da condição de criança remete à consideração de uma criança concreta,

Concordamos com Charlot, ao definir a criança como.

um ser humano, aberto a um mundo que não se reduz ao aqui e agora, portador de desejos, movido por esses desejos, em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos; um ser social, que nasce e cresce em uma família (ou em substituto da família), que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais; um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história, à sua singularidade. Esse sujeito: age no e sobre o mundo; encontra a questão do saber como necessidade de aprender e como presença no mundo de objetos, de pessoas e de lugares portadores de saber; se produz ele mesmo, e é produzido através da educação. (CHARLOT, 2000, p. 33).

A infância, nessa perspectiva, diz respeito necessariamente às condições materiais e ao processo histórico e cultural em que vive essa criança concreta. Tais condições oferecidas à criança são fundamentais para que ela possa desenvolver as capacidades propriamente humanas de agir, perceber, sentir e pensar, sendo a escola uma instituição fundamental para o processo de apropriação dos elementos da cultura, como indica Leontiev (1978) e Vigotski (2017). Mello (2007, p. 88), fundamentando-se na Teoria Histórico-Cultural, explicita o pressuposto da Educação como um processo de humanização:

Esse conceito - de que o ser humano aprende a ser o que é enquanto inteligência ou personalidade e de que a cultura e as relações com os outros seres humanos constituem a fonte do desenvolvimento da consciência - revoluciona a compreensão do processo de desenvolvimento que tínhamos até agora. Com a Teoria Histórico-Cultural aprendemos a perceber que cada criança aprende a ser um ser humano. O que a natureza lhe provê no nascimento é condição necessária, mas não basta para mover seu desenvolvimento. É preciso se apropriar da experiência humana criada e acumulada ao longo da história da sociedade humana. Apenas na relação social com parceiros mais experientes as novas gerações internalizam e se apropriam das funções psíquicas tipicamente humanas - da fala, do pensamento, do controle sobre a própria vontade, da imaginação, da função simbólica da consciência - e formam e desenvolvem sua inteligência e sua personalidade. Esse processo - denominado processo de humanização - é, portanto, um processo de educação.

Pensar a Educação como humanização evidencia a riqueza e a complexidade desse processo, ao mesmo tempo em que permite considerar as contribuições da Psicologia para sua

compreensão. A questão comum às pesquisas realizadas e aqui apresentadas pode ser assim sintetizada: como as relações entre educação, infância, criança e escola, analisadas com base na Teoria Histórico-Cultural, podem contribuir para a formação e o trabalho docente? São apresentadas três dissertações que tratam do tema sob diferentes pontos de vista, desde a produção científica da área, as políticas para os anos iniciais de escolarização e as práticas pedagógicas consideradas bem sucedidas. A primeira investigação tomou como foco as categorias infância, criança e escola, presentes nas dissertações registradas no banco de dados da CAPES, defendidas no período de 1994 a 2004, e que tiveram uma preocupação explícita de estabelecer relação entre tais categorias. Com base em amplo levantamento bibliográfico na produção educacional em periódicos desde a década de 1970, a autora identifica que nas décadas de 1990 e 2000 há um incremento da produção sobre o tema. Assim, concentra sua investigação em oito dissertações que abordam o tema de formas diferenciadas: duas analisam o processo histórico de socialização da criança na escola; uma analisa a experiência de uso do tempo na escola; uma aborda as representações sociais dos adultos; outra as representações sociais das crianças; uma discute a posição social ocupada por meninos e meninas no processo de socialização familiar e escolar; uma investiga essas concepções em um curso de formação inicial de professores (Pedagogia); e, por fim, uma analisa a condição social do brincar na escola, do ponto de vista das crianças. Os resultados encontrados indicam que predomina nas dissertações a concepção de criança como sujeito social, histórico, criador e recriador de cultura, concepção que a autora relaciona à influência das teorias psicológicas com base na Teoria Histórico-Cultural, que se tornaram importante fonte de referência para os estudos educacionais a partir da década de 1980. É consenso nas dissertações a ideia de infância como uma construção social que deve ser compreendida na relação com as ideologias e aos projetos de sociedade, que se modifica historicamente nos diferentes contextos socioculturais. É hegemônica nos estudos analisados a concepção de escola como um espaço social de instrução e formação, recuperando a utopia proposta pela modernidade: a escola como espaço fundamental para a inserção do ser humano na cultura de sua época. No entanto, o avanço teórico na forma de compreender os conceitos de criança, infância e escola, evidenciado pela autora, não se traduz no modo de conceber e tratar a criança na realidade escolar. A autora referencia-se nos trabalhos de Paiva et al. (1998) e Sampaio (2004) para identificar as principais causas que levaram ao caos presente na atual realidade educacional das grandes cidades e que podem ser assim sintetizadas: defasagem na formação acadêmica, ideologia pedagógica de retenção/reprovação, decisões injustas ou inadequadas no contexto organizacional da escola, dificuldades de aprendizagem, instabilidade no transcurso escolar (trocas de professores, migração interescolar), chegando à introjeção da dinâmica do fracasso pelo sujeito – devido à forte tendência individualizante das explicações sobre o fracasso escolar – que contribui na constituição de um sujeito subserviente à ideologia dominante. O descompasso entre o avanço das discussões teóricas demonstrado pelas dissertações analisadas e as condições vividas pelas crianças na realidade educacional, que Paiva et al. (1998) e Sampaio (2004) revelam, é um paradoxo que merece nossa atenção! A distância entre as discussões teóricas e a prática educacional também é uma das conclusões da segunda investigação que analisa como são tratadas pelos pesquisadores as concepções de criança,

infância e escola em trinta dissertações integrantes do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e que tiveram como tema o ensino fundamental de nove anos. De certa forma, o segundo trabalho dá continuidade à primeira investigação em termos do período estudado, de 2006 a 2010, tematizando um dos pontos centrais da política educacional das últimas décadas. Assim, as duas dissertações cobrem todo o período em que ocorre o incremento da produção sobre educação e infância, as décadas de 1990 a 2010. A temática do ensino fundamental de nove anos mostrou-se bastante oportuna para discutir como são tratadas as categorias infância, criança e escola na produção da área educacional, pois recolocava questões que estavam naturalizadas na realidade escolar, tais como a ruptura existente entre a educação infantil e os anos iniciais. Embora a presença de crianças de seis anos de idade no ensino fundamental não seja uma novidade, percebe-se que uma pergunta se recolocava para os pesquisadores: como receber a criança de seis anos que ingressa no ensino fundamental? Segundo a autora, das trinta dissertações elencadas, vinte trataram do ciclo inicial de alfabetização, das quais dezesseis focaram no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos e nas crianças de seis anos de idade, ingressantes desse nível de ensino. Oito dissertações trataram da ampliação dos nove anos do Ensino Fundamental, sob vários enfoques, como a implementação nos vários municípios do Brasil e instituições diversas, o corte etário, projetos de alfabetização e perspectiva das famílias. Duas pesquisas discorrem sobre temas específicos do discurso dessa política educacional, sendo uma delas a respeito das manifestações do Conselho Nacional de Educação sobre a matéria e outra, as tramas interdiscursivas sobre o assunto em diferentes revistas de circulação nacional. A forma como a categoria infância aparece hegemonicamente no discurso dos pesquisadores é similar àquela encontrada na pesquisa anterior: como uma construção social, histórica e cultural. A infância compreendida como um período ou etapa da vida foi referenciada pelos pesquisadores, mas no sentido de indicar a superação de uma perspectiva biologizante ou desenvolvimentista. A escola é considerada uma instância que garante o direito à educação, como espaço de aprendizagem e como campo privilegiado da formação docente. No entanto, as dissertações evidenciam que a realidade escolar está muito distante do discurso acadêmico, como vemos na forma como se deu a implantação dessa política. As dissertações analisadas indicam a falta de adequação dos espaços e mobiliários, apesar das orientações do MEC enfatizarem que as escolas deveriam adequar-se para receber as crianças de 6 anos. Segundo a autora, a priorização do controle, do disciplinamento e da segurança acontece em detrimento de espaços que proporcionem alegria, atividades lúdicas e autonomia para a criança, o que revela a reprodução da cultura da educação padronizada e homogeneizante. A preocupação exacerbada com o aproveitamento escolar já no primeiro ano é uma realidade em muitas escolas, assim como a prática obsoleta de alguns professores de homogeneização dos estudantes pelo rendimento demonstrado. Cabe destacar que as pesquisas demonstram a preocupante persistência dos padrões tradicionais e arcaicos nas escolas brasileiras que se revelam nas rotinas da escola, na sua organização e na condução do processo de disciplinamento e aprendizagem pelos profissionais da educação. A importância atribuída à formação dos professores para modificar essa realidade é uma conclusão da autora e também um aspecto destacado nas dissertações analisadas. Ficou evidenciado nas duas pesquisas apresentadas que o discurso teórico utilizado pelos

pesquisadores demonstra estar muito mais avançado do que a realidade presente nas escolas. Esta é uma situação que, ao mesmo tempo, expressa uma fragilidade epistemológica presente na constituição do campo Educação e Infância e que, por sua vez, reitera a fragmentação histórica presente na pesquisa educacional. Por outro lado, essa é uma situação que constrange as agências formadoras, especialmente em nível universitário, pois a dicotomia entre teoria e prática na formação docente se caracteriza entre nós como uma denúncia já conhecida. Discurso teórico avançado X realidade escolar incompatível é, na verdade, uma aparente contradição. Podemos questionar até que ponto o discurso teórico que fundamenta as pesquisas realmente avançou no sentido de explicitar, compreender e transformar as contradições da prática escolar. Partindo desses questionamentos, a outra pesquisa apresentada analisa a realidade de uma escola dos anos iniciais que se caracteriza por ter práticas pedagógicas bem sucedidas. A autora investigou como as ações dos profissionais presentes na comunidade escolar, dirigidas intencionalmente à veiculação do conhecimento, favoreceram as experiências exitosas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais de escolarização, em uma escola pública localizada no interior do estado do Paraná. A escola foi escolhida para sediar a investigação por ser uma das cinco escolas da cidade que alcançou melhor desempenho no IDEB no ano em pauta. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso de cunho etnográfico, utilizando como instrumentos a observação participante, questionários, entrevistas e análise de documentos, tanto da escola como das secretarias estadual e municipal de Educação. A pesquisadora permaneceu longo tempo na instituição, aproximadamente um ano e oito meses, o que se mostrou como um aspecto muito positivo para o trabalho, permitindo que fossem analisadas as práticas pedagógicas realizadas na escola, envolvendo tanto o trabalho do professor na sala de aula como as práticas coletivas de veiculação do conhecimento. Considerando que a proposta de Educação do Estado do Paraná referencia-se na Teoria Histórico-Cultural, a pesquisadora procurou compreender o caminho percorrido para a implantação das políticas públicas e propostas curriculares no Estado, assim como no município e também na escola em pauta, buscando compreender a tradução feita pelos professores dessas orientações e seu impacto no trabalho pedagógico. As conclusões indicaram que o êxito na aprendizagem dos estudantes repousa no conjunto de ações que são mediadas pela comunidade educativa, profissionais de diferentes áreas que ali atuam e, em especial, pela equipe pedagógica que investe na atividade de ensino de forma intencional e planejada. Apesar das contradições entre o proposto e o realizado, que são próprias do processo, foi possível concluir que as ações da equipe escolar, projeto vivo da escola, favoreceram as experiências exitosas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais de escolarização. Entre os fatores responsáveis pelo sucesso, se destacaram: o fato de a equipe pedagógica apostar constantemente na possibilidade de aprendizagem dos estudantes, a dedicação de todos no planejamento conjunto, a interação entre os diferentes participantes da comunidade educativa como foco sempre no trabalho com o conhecimento, além da longa permanência dos profissionais na escola, situação que não é comum na grande maioria das escolas brasileiras. Um dos conceitos importantes para orientar a análise dos resultados na pesquisa foi o de “situação social de desenvolvimento” (VIGOTSKI, 2012), em que Vigotski destaca que as mudanças

que ocorrem no psiquismo das crianças, em cada momento do seu desenvolvimento, decorrem das condições propiciadas pelo ambiente social. Esse parece ser um conceito importante e que, em nossa opinião, é capaz de auxiliar no modo com que os professores se apropriam da Teoria Histórico-Cultural, ultrapassando uma visão biologicista sobre o desenvolvimento das crianças. Com base nas pesquisas apresentadas, pode-se concluir que o desafio a que estamos submetidos é o de fazer com que as discussões sobre o desenvolvimento das crianças ultrapassem uma perspectiva meramente teórica e que se traduzam na prática pedagógica em ações compartilhadas por todos os membros da equipe pedagógica, no sentido de responsabilizarem-se por proporcionar situações sociais que permitam mudanças no psiquismo das crianças. Dessa forma, entendemos que compreender as relações entre educação, infância, criança e escola, analisadas com base nessa perspectiva teórica e no conceito de “situação social de desenvolvimento”, pode contribuir para aprimorar a formação e o trabalho docente no sentido de tornar realidade uma discussão teórica que se apresenta como hegemônica nas pesquisas da área, superando a dicotomia observada entre teoria e prática. Observa-se que a forma como a Psicologia tradicionalmente é ensinada nos cursos de formação de professores privilegia as informações sobre as características da criança em cada etapa, sem estabelecer uma interlocução entre seu desenvolvimento e os desafios propostos pelo processo de escolarização. Larocca (1999) propõe que tal ensino ocorra por meio de perguntas/indagações cujo pano de fundo seria composto pela seguinte tríade: o aluno que o professor tem diante de si; a realidade educacional, escolar e social e as diferentes contribuições da Psicologia. Por fim, cabe destacar que as contribuições da Teoria Histórico-Cultural só se tornam efetivas para o trabalho docente quando possibilitam aos professores operar com seus conceitos, ou seja, auxiliam a observar a sua realidade, indagar e refletir sobre as possibilidades propostas pela teoria, formular soluções provisórias, bem como novos problemas a serem investigados.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Formação; Trabalho docente; Crianças

REFERÊNCIAS

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação de professores e globalização : questões para a educação hoje*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

LAROCCA, Priscila. *A Psicologia na formação docente*. Campinas: Alínea, 1999.

LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

MELLO, Suely. *Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-*

cultural. *Perspectiva*, Florianópolis, v.25, n.1, p.83-104, jan/jun 2007.

MIRANDA, Marília G. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, Silvia T.M. e CODO, Wanderley (org.) *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.125-135.

PAIVA, Vanilda et al. Revolução educacional e contradições da massificação do ensino. In: QUINTEIRO, Jucirema (org.). *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, Ano III, n. 3, p.44-99,1998.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. *Um gosto amargo de escola: relações entre currículo, ensino e fracasso escolar*. São Paulo: Iglu, 2004.

VIGOTSKI, L. S. El problema de la edad. In: VIGOTSKI, L. S. In VIGOTSKI, L. S. *Problemas de la psicología infantil*. Madri: Machado Grupo de Distribución, 2012. Obras Escogidas, v. IV, p. 251 – 273

_____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2017. P. 103 - 117.